



**Representação político-eleitoral  
no Peru: fragmentação e construção  
partidária (2001-2016)**

*Aldo Panfichi  
Juan Dolores*

## resumo

Desde 2000 a democracia peruana transitou sem problemas por quatro processos eleitorais subnacionais e quatro processos presidenciais. Não obstante, é considerada como um dos casos de maior fragmentação política na região. Efetivamente há uma forte separação entre os atores, a dinâmica política e os resultados eleitorais nacionais e subnacionais. Os partidos nacionais quase desapareceram nas regiões que, progressivamente, se transformaram em espaços controlados por movimentos regionais pouco articulados entre si. No entanto, uma análise mais detalhada mostra que dois partidos relativamente recentes, o Força Popular (Keiko Fujimori) e o Aliança para o Progresso (César Acuña) estão desenvolvendo estratégias sustentadas, mas diferentes, de construção partidária. Este artigo explora esses desenvolvimentos e propõe algumas hipóteses explicativas.

---

**Palavras-chaves:** fragmentação política; construção partidária; Fujimorismo; Aliança para o Progresso.

## abstract

*Since 2000, Peruvian democracy has gone through four sub-national electoral processes and four presidential elections. Yet, Peru is still considered to have one of the most politically volatile and fragmented political systems in the region. This is due in part to the considerable distance between the players in the game, the political dynamics and the local and national electoral results. National-level parties have nearly disappeared in Peru's 25 separate political regions, and have been replaced largely by regional movements loosely linked to each other. However, a more detailed analysis suggests two relatively recent parties, Fuerza Popular (Keiko Fujimori) and Alianza para el Progreso (César Acuña) are developing more sustained – albeit different – strategies for party construction with serious prospects for national-level representation. This article explores these developments and proposes some explanatory hypotheses in this respect.*

---

**Keywords:** political fragmentation; party construction; Fujimorism; Alliance for the Progress.

**D**epois da transição que se produz com a renúncia via fax do então presidente Alberto Fujimori (2000), a democracia peruana transitou com sobressaltos, mas sem maiores problemas, por quatro processos eleitorais subnacionais – 2002, 2006, 2010, 2014 –, e por quatro processos eleitorais presidenciais – 2001 (Toledo), 2006 (García), 2011 (Humala) e 2016 (Kuczynski). Embora seja positivo que esse exercício de eleição e alternância democrática tenha se desenvolvido sem contratempos, também é verdade que a democracia peruana é um dos casos mais extremos de fragmentação da representação política<sup>1</sup>.

Tal fragmentação se expressa na separação ou desarticulação entre os atores, a dinâmica política e os resultados de nível nacional com os quais se observa o nível regional e local. Do mesmo modo, também se percebe essa separação pelo crescente predomínio na escala regional e local de movimentos regionais sobre os partidos nacionais. A representação político-eleitoral é fragmentada exatamente por esta dupla condição: por um lado,

a frágil articulação entre a representação nacional (os partidos) e a representação subnacional, e, por outro, os inúmeros movimentos regionais e locais que disputam entre eles os cargos de representação política. Alguns autores (Suárez-Cao & Freidenberg, 2010; Batlle, 2012) chamam essa situação de “incongruência”, já que não existe uma política nacional congruente com as diferentes dinâmicas políticas subnacionais.

Compartilhando o diagnóstico da alta fragmentação, esse documento postula que os resultados eleitorais do primeiro turno da eleição presidencial e parlamentar de 2016 e os resultados dos últimos quatro processos eleitorais subnacionais de 2002, 2006, 2010 e 2014 permitem observar avanços sustentados na construção de dois partidos de alcance nacional: Força Popular (FP), de Keiko Fujimori, e Aliança para o Progresso (APP), de César Acuña. Esses partidos parecem constituir esforços que procuram driblar a tendência dominante à fragmentação e construir uma espécie de “congruência” entre os diferentes níveis da representação política. No entanto, não são essas as únicas tentativas de articulação ou de congruência que se desenvolveram nos últimos anos. Há outros casos de

---

Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro

1 Sociólogos e politicólogos escreveram amplamente a respeito, tais como Tanaka (2005), Levitsky e Cameron (2003), Meléndez (2012), Vergara (2012 – sobre a Bolívia e o Peru) e outros.

---

**ALDO PANFICHI** é professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru.

**JUAN DOLORES** é bacharel em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Peru.

movimentos regionais ou partidos que ou bem não tiveram sucesso ao dar o salto do regional para o âmbito nacional, ou bem não puderam manter seus altos níveis de apoio eleitoral em suas respectivas regiões. Isso devido, principalmente, ao fato de que seus sucessos conjunturais terminam se diluindo logo por falta de redes institucionais de apoio ou pela perda de capital político de seus principais líderes (por exemplo, Guillén, em Arequipa, Villanueva, em San Martín, Huaroc, em Junín, Vizcarra, em Moquegua, Santos, em Cajamarca). Ficam, no entanto, líderes destacados dessas organizações que são atraídos e incorporados como aliados nas listas de candidatos e, inclusive, nas chapas presidenciais dos partidos nacionais.

Como destacamos, os casos exitosos que analisamos são o Força Popular (FP) e o Força para o Progresso (FPP). Ambos são partidos de formação recente, portanto não tradicionais, embora organizados em torno de líderes personalistas e com um espírito de família muito marcado. Esses partidos se localizam no espectro político com conteúdos claramente identificáveis (num caso, o legado de Fujimori e, no outro, o paradigma do emergente e empreendedor) e contam, além disso, com inscrição eleitoral vigente que lhes permite concorrer em todos os níveis da representação política, incluindo as eleições nacionais para a presidência e o Congresso. Ambos os partidos, além disso, vêm incrementando de maneira sustentada sua presença e participação eleitoral nas regiões do país desde 2002. Do mesmo modo, ambos têm êxito eleitoral, especialmente o FP, que, nos últimos comícios de 2016, obteve, no primeiro turno, a votação mais alta (39,86% dos votos válidos) e a maioria de congressistas eleitos (73 de 140, com 36,34% de votos válidos para as listas parlamentares). O FP atualmente disputa a presidência da República no segundo turno e tem grandes possibilidades de ser o ganhador.

O outro partido, o APP, apesar de ter sofrido a exclusão de seu candidato presidencial pelas autoridades eleitorais justo quando as pesquisas o mostravam numa posição vantajosa, obteve nove representantes para o Congresso. Um número que supera o de dois partidos históricos que governaram o Peru, como o Apra e o Ação Popular, que

têm cinco congressistas cada um. O APP também pôde revalidar sua inscrição legal como partido, algo que não pôde fazer, entre outros, o Peru Posível, do ex-presidente Alejandro Toledo.

Postulamos que ambos os partidos desenvolveram estratégias diferentes de construção partidária, buscando articular a política nacional com a subnacional, contando para isso com recursos próprios e redes organizacionais de apoio. Enquanto o FP desenvolve uma estratégia de construção horizontal e de escala nacional, o APP faz isso de forma vertical nas regiões de sua influência, articulando as escalas regionais e provinciais, como veremos mais adiante.

No entanto, acreditamos que, para além do êxito eleitoral, esses partidos não parecem melhorar substancialmente a qualidade da democracia peruana devido à sua alta dependência das decisões de líderes personalistas com altas margens de discricionariedade, às práticas tradicionais de clientelismo e a indícios de possíveis imersões de poderes “ilegais” ou constante presença de escandalosos atos de corrupção.

## II

A fragmentação da representação política no Peru se expressa principalmente nas diferenças entre as dinâmicas da política nacional e da subnacional; isto é, de maneira coloquial, “os que ganham em cima não ganham embaixo” e vice-versa. Tal situação pode ser observada claramente no Quadro 1, onde são analisados os resultados das quatro últimas eleições subnacionais (2002, 2006, 2010 e 2014).

A partir da informação disponível, por um lado, pode-se apreciar a progressiva diminuição da presença de partidos nacionais assim como o pouco êxito eleitoral destes na maioria das regiões e províncias do país. De 72% das presidências regionais ganhas pelos partidos nacionais em 2002, em eleições convocadas pelo governo de Alejandro Toledo no início da transição política pós-Fujimori, observa-se uma dramática redução nos anos seguintes, chegando a apenas 24% dos governos regionais na última eleição de 2014. A mesma tendência se observa nas eleições provinciais e distritais. De fato, os partidos nacionais que em 2002 obtiveram 56,7% do total

**QUADRO 1**

**Resultados subnacionais 2002-2014**

Tipo de organização	% de candidatos <sup>2</sup>				% de candidatos eleitos			
	2002	2006	2010	2014	2002	2006	2010	2014
<b>RESULTADOS REGIONAIS</b>								
<b>Partidos políticos<sup>3</sup></b>	76,7%	68,4%	50,8%	50,8%	72%	32%	36%	24%
<b>Movimento regional</b>	23,3%	31,6%	49,2%	49,2%	28%	68%	64%	76%
<b>TOTAL</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

RESULTADOS PROVINCIAIS	2002	2006	2010	2014	2002	2006	2010	2014
	<b>Partidos políticos</b>	67,6%	67,6%	53,3%	46%	56,7%	55,9%	36,9%
<b>Movimento regional</b>	12,6%	26,3%	44,4%	51,8%	15,5%	35,4%	60%	72%
<b>Organizações locais</b>	19,8%	6,1%	2,3%	2,3%	27,8%	8,7%	3,1%	2,6%
<b>TOTAL</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

RESULTADOS DISTRITAIS	2002	2006	2010	2014	2002	2006	2010	2014
	<b>Partidos políticos</b>	65,7%	65,6%	48,6%	43,7%	61,2%	58,4%	39,1%
<b>Movimento regional</b>	11,5%	26,7%	47,4%	53,7%	12,1%	31,8%	56,8%	62,4%
<b>Organizações locais</b>	22,8%	7,7%	4%	2,6%	26,7%	9,8%	4,1%	3,3%
<b>TOTAL</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Onpe e Infogob-JNE. Elaboração Tanaka e Guibert (2010) para resultados regionais e provinciais 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria para resultados regionais e provinciais 2014 e para resultados distritais 2002, 2006, 2010 e 2014.

2 A porcentagem de candidatos deriva do total de listas apresentadas para a eleição mencionada.

3 No caso das Alianças Eleitorais, assim como Tanaka e Guibert (2010), quando encontramos alianças entre

partidos e movimentos regionais, nós as consideramos como parte dos primeiros, razão pela qual se tendeu a “sobrestimar o peso dos partidos nacionais” (Tanaka & Guibert, 2010, p. 19).

dos municípios provinciais caíram para 36,9% em 2010, para continuar diminuindo até chegar a 25,4% em 2014. Em nível distrital ocorre uma situação similar: os partidos nacionais ganham as eleições distritais em 61,2% dos municípios em 2002, para, na última eleição de 2014, obter apenas 34,4%.

São partidos nacionais aqueles que têm inscrição vigente para concorrer em todos os níveis da representação política do país, incluindo a presidência e o Congresso. Dos 16 partidos nacionais que cumpriram esse requisito e participaram das eleições de 2014 apenas dois obtiveram vitórias regionais, três corresponderam precisamente à Força Popular (fujimorista) e dois ao Partido Aliança para o Progresso (APP). Nenhum dos denominados partidos tradicionais, como o Apra, Ação Popular ou o Partido Popular Cristão, obteve algum governo regional.

Do mesmo modo, os resultados mostram o crescimento sustentado dos movimentos regionais em todos os níveis da representação política subnacional. Cabe precisar que esse tipo de organização política pode participar de qualquer tipo de eleição subnacional (regional, provincial e distrital), mas não de eleições gerais (presidenciais e congressuais). De fato, com exceção da eleição de 2002, em que os movimentos regionais ganharam em 28% das regiões, em todas as eleições seguintes foram consolidando sua hegemonia ao obter vitórias em 68% (2006), 64% (2010) e 76% (2014) dos governos regionais. Em nível provincial e distrital a tendência foi a mesma: em 2002 só obtiveram 15,5% dos municípios provinciais, em 2006 saltaram até 35,4%, em 2010 já eram 60% e, finalmente, em 2014, obtiveram 72% desses municípios. Em nível distrital os números são similares: 12,1% em 2002, 31,8% em 2006, 56,8% em 2010, e na última eleição de 2014, 62,4% dos municípios distritais.

Em suma, vemos que a presença e êxito dos partidos nacionais em espaços subnacionais diminuíram consideravelmente, em detrimento dos novos movimentos sociais. Isso evidencia, como enunciam alguns autores (Suárez-Cao & Freidenberg, 2010; Batlle, 2012; Dosěk & Freidenberg, 2013), uma situação de “incongruência” do sistema de partidos. Isto é, as dinâmicas de

disputa eleitoral subnacional não são similares às do nível nacional, motivo pelo qual estaríamos diante de um caso de fragmentação política.

No entanto, embora a tendência seja uma menor presença e êxito eleitoral dos partidos nacionais em instâncias subnacionais, são exatamente o APP e o FP os únicos partidos que progressivamente tiveram uma tendência inversa ao resto dos partidos. Como podemos verificar no Quadro 2, o APP e o FP mostram uma tendência ascendente quanto à porcentagem de participação e de êxito eleitoral em províncias e distritos em comparação ao Partido Aprista Peruano (PAP), o partido de maior tradição e mais organizado, que conta com bases partidárias em quase todo o país.

Segundo o Quadro 2, o APP e o Fujimorismo passam a ter candidatos em 14,43% e 5,15% das províncias em 2002 e, nas últimas eleições subnacionais de 2014, o número aumenta para 84,10% e 56,41%. Um incremento verdadeiramente impressionante. Por sua vez, o PAP diminui dramaticamente sua participação em províncias, indo de 93,81% em 2002 para 37,95% em 2014. Em nível distrital, os resultados são similares. O APP, de uma participação em 9,79% dos distritos em 2002, passou para 63,69% em 2014; o Fujimorismo passa de 2,75% em 2002 para 46,75% em 2014; e o PAP cai de 89,30% em 2002 para 27,27% em 2014. Embora em geral os partidos nacionais ostentem baixos níveis de êxito eleitoral nas instâncias subnacionais, vemos uma tendência de alta tanto em nível distrital como provincial, no caso do APP e do Fujimorismo. Em 2002, tanto o APP como o Fujimorismo não ganharam nenhuma província, enquanto em 2014 tenham ganho em 9,74% e 2,05% das províncias, respectivamente. O PAP, por sua vez, de 17,53% do total de províncias ganhas em 2002, caiu para somente 1,54% em 2014. Quanto aos municípios distritais, o APP ganhou 1,10% em 2002 para subir para 8,68% nos últimos comícios subnacionais. Por sua vez, o Fujimorismo, que em 2002 ganhou 0,24% dos distritos, subiu para 4,92% em 2014. Finalmente, o PAP caiu de 12,48% em 2002 para 4,61% em 2014.

Portanto, enquanto os partidos nacionais e, em específico, o partido mais organizado como o PAP, deixaram não só de ter êxito eleitoral

## QUADRO 2

### Porcentagem de participação e êxito eleitoral em províncias e distritos do APP, do Fujimorismo e do PAP (2002-2014)

ALIANÇA PARA O PROGRESSO								
	% de candidatos				% de candidatos eleitos			
	2002	2006	2010	2014	2002	2006	2010	2014
	<b>Província</b>	14,43%	25,13%	64,62%	84,10%	0%	4,10%	7,18%
<b>Distrito</b>	9,79%	20,40%	46,61%	63,69%	1,10%	3,54%	4,88%	8,68%

AGRUPAÇÕES FUJIMORISTAS								
	% de candidatos				% de candidatos eleitos			
	2002	2006	2010	2014	2002	2006	2010	2014
	<b>Província</b>	5,15%	36,41%	40,51%	56,41%	0%	0,51%	3,59%
<b>Distrito</b>	2,75%	30,73%	32,76%	46,75%	0,24%	1,22%	4,15%	4,92%

PARTIDO APRISTA PERUANO								
	% de candidatos				% de candidatos eleitos			
	2002	2006	2010	2014 <sup>4</sup>	2002	2006	2010	2014
	<b>Província</b>	93,81%	94,36%	75,90%	37,95%	17,53%	8,72%	4,62%
<b>Distrito</b>	89,30%	91,08%	67,42%	27,27%	12,48%	14,36%	7,93%	4,61%

Fonte: Onpe e Infogob-JNE. Elaboração própria

como também de participar das eleições subnacionais, o APP e o Fujimorismo viram crescer sua participação e, em menor medida, seu êxito eleitoral. São, pois, partidos que estiveram tentando vincular a dinâmica eleitoral subnacional com a eleitoral.

Como se pode verificar no Quadro 3, que mostra o resultado das eleições gerais e parlamentares de 2016, o Força Popular (FP), já sob a liderança consolidada de Keiko Fujimori, conseguiu o primeiro lugar depois de obter 39,86% dos votos, o que lhe permitiu passar para o se-

gundo turno no próximo dia 5 de junho. Atrás dela, com quase 19 pontos percentuais a menos, encontra-se Pedro Pablo Kuczynski, com 21,05%, e que disputará o segundo turno com Fujimori. Em terceiro lugar, colocou-se a candidata de esquerda e atual congressista de Cuzco, Verónica Mendoza, com 18,74%. Por último, como quarto e quinto lugares, ficaram Alfredo Barnechea, do Ação Popular, com 6,97%, e Alan García, do Aliança Popular (aliança entre dois partidos tradicionais como o PAP e o Partido Popular Cristão), com 5,83%.

4 Tomamos as três alianças às quais o PAP pertenceu durante tal eleição: "Vamos Arequipa" (em Arequipa), "Juntos por Junín" (em Junín) e "Aliança Popular" (em Cuzco). Enquanto as duas primeiras foram alianças com movimentos regionais, a terceira, em Cuzco, foi com um partido nacional (Restauração Nacional). Isso difere das alianças que o APP (em Ayacucho e

Arequipa) e o FP (em Áncash) realizaram, já que suas respectivas alianças contêm tanto o nome como o símbolo desses dois partidos. Por tal motivo, embora tanto para o APP quanto para o FP como para o PAP tenhamos considerado suas alianças eleitorais, é preciso ressaltar que os resultados do PAP poderiam chegar a ser, inclusive, mais baixos.

## QUADRO 3

## Resultados presidenciais e congressuais 2016

Agrupação política	Porcentagem de votos válidos em presidenciais	Distribuição de bancadas no Congresso
Força Popular (Fujimori)	39,86%	73
Peruanos pela Mudança (Kuczynski)	21,05%	18
Frente Ampla (Mendoza)	18,74%	20
Aliança Para o Progresso (Acuña)		9
Ação Popular (Barnechea)	6,97%	5
Aliança Popular (García)	5,83%	5
Outros	7,55%	
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>130</b>

Fonte: Onpe. Elaboração própria

Embora o APP tenha começado participando da contenda presidencial, o Tribunal Nacional de Eleições determinou excluir seu candidato presidencial, César Acuña, por violar a Lei de Partidos Políticos depois de ter doado dinheiro diretamente a potenciais votantes. Não obstante essa sanção, o APP conseguiu nove cadeiras para o próximo Congresso, superando inclusive os partidos tradicionais que foram governo duas vezes, como o Ação Popular ou o PAP, que obtiveram cinco cadeiras cada um. Do mesmo modo, o FP conseguiu 73 cadeiras, quase o dobro das que conseguiu em 2011 (37), superando amplamente seus concorrentes mais próximos.

Desses resultados, derivam duas observações. Primeiro, a *débâcle* eleitoral da maioria dos políticos que dominaram a cena política na primeira década do século XXI. Alan García, Alejandro Toledo e Lourdes Flores (aliada do Apra) tiveram magros resultados, chegando a somar entre os três um total de 7,13% dos votos válidos (5,85% dos votos emitidos). Diante disso, “novos” políticos conseguiram se inserir no cenário político nacional de maneira satisfatória. No princípio, César Acuña, ex-governador regional de La Libertad, e depois Julio Guzmán, um ex-funcionário público do atual gover-

no que se tornou conhecido pelas redes sociais virtuais, rapidamente escalaram posições nas pesquisas. Finalmente, sendo ambos excluídos da disputa, a ascensão se deu por parte de Verónica Mendoza, candidata de uma “renascida” esquerda peruana, e Alfredo Barnechea, jornalista e candidato presidencial de um partido tradicional como o Ação Popular.

A segunda observação é que essa eleição parece confirmar a importância da construção partidária a partir dos espaços subnacionais. Desse ponto de vista, os grandes ganhadores foram, sem dúvida alguma, o FP e o APP. O primeiro por não só se manter no primeiro lugar das preferências eleitorais desde alguns meses antes das eleições, como também por conseguir maioria parlamentar. E o segundo por conseguir nove cadeiras sem um candidato presidencial que lhe permitisse “arrastar” votos.

Diante dessa situação, nós nos propusemos as seguintes perguntas: de que maneira esses partidos nacionais vinculam a dinâmica eleitoral nacional num contexto marcado pela fragmentação política? Que estratégias de construção partidária utilizam? Em que essas estratégias se diferenciam? A seguir, exploraremos as estratégias de construção partidária que cada um

desses partidos realizou e esboçaremos algumas hipóteses a respeito.

### III

Como destacamos anteriormente, dos partidos nacionais que participaram das eleições subnacionais de 2014, o Aliança para o Progresso (APP) e o Força Popular (Fujimorismo) são os que obtiveram melhores resultados. Além disso, nas eleições presidenciais de 2016, o FP obteve a maior votação e o maior número de congressistas, alistando-se para disputar a presidência. Por sua vez, o APP ratificou sua vigência em algumas regiões do país e, não obstante haver perdido seu candidato presidencial, também teve êxito eleitoral. Nesta seção, procuramos identificar suas estratégias diferenciadas de crescimento partidário num contexto de fragmentação do sistema político.

### Força Popular (FP)

Como indicamos previamente, o partido nacional com maior presença nas regiões, províncias e distritos do país é o Força Popular (FP), liderado por Keiko Fujimori. Nas eleições presidenciais de 2016, esse partido obteve a votação nacional mais alta (39,86% dos votos válidos) e a maioria dos congressistas eleitos (73/130). Em separado, o FP ganhou em 16 regiões de 25, em 113 províncias de 196<sup>5</sup> e em 1.033 distritos de um total de 1.854. Inclusive fica em segundo lugar em sete regiões onde as esquerdas obtiveram a primeira maioria: seis do sul peruano, onde ganhou a candidata do Frente Ampla, Verónica Mendoza, e o outro na Serra Norte, Cajamarca, onde outro candidato da esquerda, Gregorio Santos, conseguiu vencer. Esses bons resultados permitem a Keiko Fujimori passar para o segundo turno e disputar, com muitas possibilidades de êxito, a presidência da República com o Peruanos pela Mudança, de Pedro Pablo Kuczynski. O FP, além disso, obteve, no último processo eleitoral subnacional de 2014, três governos re-

gionais (Ica, San Martín e Junín), quatro municípios provinciais e 81 municípios distritais.

Se compararmos esses resultados com os que o FP obteve em 2011, vemos que em nível nacional sua votação aumentou em 13%. E mais, incrementou sua votação em todas as regiões, menos em Cajamarca, onde teve uma queda modesta de pouco mais de 2%. Do mesmo modo, praticamente duplicou seu número de congressistas: enquanto em 2011 obteve 37 cadeiras, em 2016 são 73, as quais, além disso, provêm de todas as regiões do país, inclusive das seis regiões das que lhe foram esquivas em 2011. Os números são ainda mais impressionantes se pensarmos que, de acordo com o registro de organizações políticas do Tribunal Nacional de Eleições, o FP tem apenas 4.169 pessoas afiliadas ao partido (dados de 2015)<sup>6</sup>. Além disso, no último período congressual, a bancada do FP não sofreu de “transfugismo”, isto é, nenhum congressista abandonou o partido para ir para outro grupo, uma prática comum no Congresso peruano. Em outras palavras, o FP é um partido com poucos afiliados, mas mostra disciplina e uma forte coesão, que, acreditamos, provêm de um legado político controverso que nasce de circunstâncias históricas críticas.

De fato, o FP, através da liderança de Keiko Fujimori, colhe o legado e a valorização positiva de um setor do eleitorado com relação ao governo de Alberto Fujimori na década de 1990. Uma conjuntura crítica devido ao fato de que a crise econômica (hiperinflação incluída) e o avanço da subversão assolavam o país. Alberto Fujimori pôde resolver esses problemas que afligiam a população para depois construir um regime autoritário, clientelista e corrupto. Não obstante, em muitas províncias e distritos ainda são lembradas as visitas do ex-presidente levando pessoalmente ajuda material e canalizando pessoalmente os programas sociais (Murakami & Barrenechea, 2011; Urrutia, 2011). A derrota do terrorismo e a estabilização da economia são conquistas frequentemente invocadas.

5 Apartir de 2015, foi criada uma nova província em Loreto, chegando o Peru a se dividir administrativamente em 196 províncias.

6 Segundo o Tribunal Nacional Eleitoral, o Apra tem 250 mil afiliados, o Ação Popular, 195 mil, o Aliança para o Progresso, 121.795, o PPK, 7.819, e o Força Popular, apenas 4.169.

Uma vez produzida a queda de Alberto Fujimori e seu posterior julgamento e envio para a prisão por violação de direitos humanos, o legado fujimorista sofre uma coesão com a percepção de seus simpatizantes de que seu líder e seu legado estão sendo perseguidos por seus adversários políticos. Entre os fujimoristas dos primeiros anos existe a arraigada convicção de que a prisão do líder histórico é injusta. Depois que vários setores do Fujimorismo tentaram formar organizações políticas que reunissem sua herança, a partir de 2006 há a consolidação da liderança de Keiko, que consegue unificar os diferentes grupos e inicia um processo de construção partidária em nível nacional (Navarro, 2011). Desse esforço também participa Kenji Fujimori, irmão de Keiko, ex-funcionários do governo de seu pai, os denominados “albertistas”, mas também novas figuras atraídas pela possibilidade de um Fujimorismo sem Alberto Fujimori, mas com Keiko Fujimori.

A estratégia de construção partidária inclui esforços sustentados para incentivar ou alentar a formação e institucionalização de bases partidárias. Para isso, nos últimos anos, Keiko viajou extensamente por todo o país, desenvolvendo vínculos de proximidade e identificação das bases com a liderança, ao mesmo tempo buscando identificar personalidades respeitadas em suas localidades e sem experiência política (Sosa, 2016). De alguma maneira, Keiko segue o exemplo de seu pai Alberto, que viajou por todo o país, inclusive em lugares aonde um presidente peruano nunca havia chegado.

Daí que se observe um crescimento sustentado das candidaturas do FP nas eleições subnacionais, embora em um ritmo menor do que o do APP. De fato, segundo o Quadro 3, nas eleições de 2002, o Fujimorismo participou em 5,15% das províncias, em 2006 subiu para 36,4%, em 2010 alcançou 40,51% e, finalmente, em 2014 teve presença em 56,41% das províncias do país. Vejamos, a seguir, os padrões de crescimento do Fujimorismo em nível provincial segundo regiões a partir de seus níveis de participação em uma eleição subnacional atrás da outra.

O Quadro 4 mostra que o crescimento do Fujimorismo foi desigual, pois há regiões nas quais não mantém uma presença sustentada,

como Cuzco, Ayacucho, Áncash, Apurímac, o que revela certa dificuldade de conseguir se estabelecer com firmeza nesses lugares. No entanto, é possível também identificar as regiões que constituem o núcleo duro do Fujimorismo e onde suas porcentagens de participação foram altas e sustentadas. Trata-se das regiões de Ica, Cajamarca, Junín e, sobretudo, Lima.

A partir desse núcleo duro, o Fujimorismo fez esforços para expandir sua presença na Costa Norte (Lambayeque, La Libertad, Piura e Tumbes), especialmente entre 2006 e 2014. Nessas regiões, devido à forte presença do APP, o partido de César Acuña, nas eleições subnacionais, a expansão do FP não teve o êxito esperado. Na Serra Central, desde 2006 o FP consegue uma forte presença em Pasco e Junín, enquanto em Huánuco lhe custa muito entrar, embora o tenha conseguido em 2014. Em outras regiões da Serra Norte, como Amazonas e Áncash, sua presença é baixa, sendo Cajamarca a exceção. Do mesmo modo, na Serra Sul (Cuzco, Moquegua, Puno, Tacna) também mostra uma baixa presença. E na Amazônia há contrastes entre a ausência, em Madre de Dios e Loreto, e a crescente presença partidária em Ucayali e San Martín a partir de 2010.

Embora aumentar a presença do FP nas diferentes províncias e distritos seja significativo, ganhar em tais circunscrições eleitorais é mais ainda. A esse respeito, comparando o êxito distrital com o provincial em termos absolutos, podemos constatar uma disparidade: o Fujimorismo teve maiores conquistas ou êxitos em nível distrital do que em nível provincial. As regiões onde o FP conseguiu êxito eleitoral distrital sustentado são aquelas onde também teve êxito nas províncias (Cajamarca, Junín e San Martín), mas também nos distritos de Ica, La Libertad e Pasco.

Como se pode perceber, em nível subnacional o Fujimorismo, embora tenha tido um crescimento desigual, mantém um núcleo duro inicial (Lima, Cajamarca, Junín, Ica, Pasco) de onde pôde constituir outros núcleos importantes como San Martín e a Costa Norte (La Libertad, Lambayeque, Piura). Se compararmos esses resultados com os grupos fujimoristas nas eleições parlamentares de 2001, 2006, 2011 e 2016, observaremos que tais núcleos duros são os mesmos onde obtêm

**QUADRO 4**

**Porcentagem de participação do Fujimorismo em províncias segundo a região (2002-2014)**

<b>Região</b>	<b>Porcentagens de participação provincial 2002</b>	<b>Porcentagens de participação provincial 2006</b>	<b>Porcentagens de participação provincial 2010</b>	<b>Porcentagens de participação provincial 2014</b>
Amazonas	0%	42,86%	0%	0%
Áncash	5%	15%	50%	15%
Apurímac	0%	42,86%	28,57%	100%
Arequipa	0%	25%	25%	25%
Ayacucho	0%	81,82%	0%	90,91%
Cajamarca	15,38%	76,92%	69,23%	92,31%
Cuzco	0%	23,08%	38,46%	15,38%
Huancavelica	0%	28,57%	0%	0%
Huánuco	0%	18,18%	18,18%	81,82%
Ica	0%	80%	80%	100%
Junín	11,11%	66,67%	100%	88,89%
La Libertad	0%	50%	66,67%	83,33%
Lambayeque	0%	66,67%	100%	100%
Lima	40%	70%	90%	90%
Loreto	16,67%	0%	0%	0%
Madre de Dios	0%	0%	0%	0%
Moquegua	0%	33,33%	0%	0%
Pasco	0%	66,67%	66,67%	100%
Piura	0%	37,50%	50%	37,50%
Puno	7,69%	15,38%	0%	61,54%
San Martín	0%	0%	70%	100%
Tacna	0%	25%	0%	0%
Tumbes	0%	0%	33,33%	66,67%
Callao	0%	0%	0%	100%
Ucayali	0%	0%	50%	75%
<b>Total</b>	<b>5,15%</b>	<b>36,41%</b>	<b>40,51%</b>	<b>56,41%</b>

Fonte: Onpe e Infogob-JNE. Elaboração própria

porcentagens maiores que a média nacional<sup>7</sup> em tais eleições: Cajamarca, Junín, Lima (incluindo Lima Províncias), Pasco e San Martín. Até o momento, identificamos os padrões de crescimento do FP e seus núcleos duros eleitorais. No entanto, falta conhecer a forma específica como o Fujimorismo se insere nos espaços regionais. Para isso, consideramos que uma fonte é a análise dos currículos dos 140 candidatos ao Congresso que o FP teve nessas últimas eleições. A partir dela podemos conhecer de onde vêm esses candidatos, que perfis têm e assim aprofundar a análise das estratégias de crescimento partidário. Do mesmo modo, essa informação vai nos permitir ensaiar algumas explicações sobre como esses partidos vinculam a dinâmica política nacional com a subnacional e por que o fazem de determinada maneira.

Segundo o Quadro 5, 41,4% dos candidatos do FP ao Congresso são pessoas vinculadas ao partido, seguido de 33,6% de candidatos que não têm experiência partidária prévia em nenhuma outra organização política. É clara, então, a opção do FP por seus próprios quadros e por personalidades novas na política. Estes últimos, além

disso, são candidatos naquelas regiões onde o FP não pôde se desenvolver como partido previamente. Em Cuzco, Moquegua, Puno e Loreto, por exemplo, o FP não apresentou nenhum candidato ao Congresso previamente vinculado ao partido, mas seus candidatos são pessoas novas na política ou, em menor medida, pertencentes às organizações regionais e locais.

A lista de candidatos ao Congresso por ocupação também sugere certos nichos onde existe maior atenção (ver Quadro 6). Do total de candidatos de 2016, 29,29% se desempenham no setor privado, seguidos de 22,14% de políticos e autoridades eleitas. Esse perfil é diferente do da lista parlamentar do APP, nosso outro caso de estudo, em que há três grupos com números similares: setor educação, 23,57%, setor privado, 21,43% e funcionários públicos, 22,14%. É interessante notar que nenhum dos dois partidos mais desenvolvidos teve um número significativo de candidatos que provêm de organizações e instituições da sociedade civil. Ambos têm apenas 10% desse setor. É provável que esses candidatos tenham optado por candidaturas como as de Verónica Mendoza, da Frente Ampla.

#### QUADRO 5

#### Análise das listas parlamentares do Aliança para o Progresso (APP) e do Força Popular (FP)

	APP		FP	
Com experiência no partido <sup>8</sup>	41	29,29%	58	41,42%
Com experiência política	66	47,14%	35	25%
Novos	33	23,57%	47	33,57%
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100%</b>	<b>140</b>	<b>100%</b>

Fonte: Portal Infogob-JNE. Elaboração própria

7 Exceto Cajamarca, em 2016 e 2001, e Pasco, em 2001, embora as diferenças entre tais resultados e a média nacional que o Fujimorismo obteve nessas respectivas eleições não seja ampla: em Cajamarca, menos de 8% em 2016 e menos de 4% em 2001 e em Pasco, menos de 2% em 2001.

8 Consideramos que um candidato pode ter “experiência no partido” de duas maneiras possíveis. A primeira é que tenha se candidatado anteriormente pelo parti-

do, seja numa eleição parlamentar ou subnacional. A segunda é que se encontre ligado à rede institucional do partido através da militância, do trabalho como funcionário público em alguma instância estatal nacional, parlamentar ou subnacional que o partido controle e o vínculo familiar com a cúpula partidária. Levando em conta apenas a primeira, o APP tinha 30 candidatos com “experiência no partido”, enquanto o FP tinha 57. Agregando a segunda maneira, o APP aumentava para 41 e o FP para 58.

## Aliança para o Progresso (APP)

O outro partido emergente é o Aliança para o Progresso (APP), fundado em 2001, em Trujillo. É liderado pelo empresário César Acuña e conta com a ativa participação de sua família

nos postos de direção e representação (um filho e um irmão como congressistas, outro irmão governador regional e uma filha na direção do partido). Isso configura um caráter personalista e familiar à organização. O APP, além disso, não é um partido com uma doutrina política

### QUADRO 6

#### Porcentagens de candidatos de listas parlamentares do Aliança para o Progresso (APP) e do Força Popular (FP) segundo ocupação

Ocupações <sup>9</sup>	APP	FP
Autoridades eleitas e políticos <sup>10</sup>	10,71% (15)	22,14% (31)
Funcionários públicos <sup>11</sup>	22,14% (31)	13,57% (19)
Dirigentes de organizações da sociedade civil <sup>12</sup>	10,71% (15)	10% (14)
Setor privado <sup>13</sup>	21,43% (30)	29,29% (41)
Setor educacional <sup>14</sup>	23,57% (33)	8,57% (12)
Outras profissões <sup>15</sup>	11,43% (16)	16,43% (23)
<b>Total</b>	<b>100% (140)</b>	<b>100% (140)</b>

Fonte: Portal Infogob-JNE. Elaboração própria

9 Para classificar as ocupações dos candidatos consideramos não só sua ocupação atual, como também sua trajetória trabalhista anterior consignada no currículo entregue ao TNE. Isso devido ao fato de que em muitos casos a ocupação que atualmente o candidato tem é recente, tendo se dedicado durante grande parte de sua trajetória trabalhista a outra função. Diante dessa situação, optamos por classificar segundo o tipo de ocupação a que mais tempo o candidato se dedicou.

10 Com a expressão “autoridades eleitas e políticos”, classificamos aqueles candidatos que atualmente estão ocupando um cargo público por vias eleitorais e que, não tendo alguma profissão conhecida ou de longa trajetória, constantemente se encontram se candidatando em eleições subnacionais e/ou parlamentares com ou sem sucesso.

11 Com a expressão “funcionário público”, classificamos aqueles candidatos que atualmente ou estão trabalhando em alguma instância governamental (seja subnacional ou nacional) ou em grande parte de sua trajetória trabalhista trabalharam no aparato público estatal.

12 Na categoria “dirigentes de organizações da sociedade civil”, classificamos aqueles candidatos que atualmente se encontram dirigindo ou representando alguma organização da sociedade civil ou que por vários anos dirigiram/representaram uma. Embora em muitos casos tal trabalho de direção ou representação se dê paralelamente a outras ocupações trabalhistas, priorizamos o primeiro.

13 Com o rótulo de “setor privado”, classificamos aqueles candidatos que são donos, gerentes ou administradores de empresas privadas de diversos tamanhos e dedicadas a qualquer atividade.

14 Com a expressão “setor educacional”, classificamos aqueles candidatos que são professores, docentes universitários ou autoridades acadêmicas de instituições educacionais privadas ou públicas (como diretores de escola, decanos ou qualquer outro cargo de autoridade).

15 No item “outras profissões”, classificamos aqueles candidatos que se encaixam dentro das demais categorias. Nesse rótulo se encontram advogados independentes, médicos, arquitetos etc.

clara, embora, sim, tenha um discurso de superação e empreendimento pessoal, apresentando a biografia de César Acuña como o paradigma do menino pobre que ficou rico. Discurso que se conecta com a narrativa e cultura neoliberal que se desenvolveu no país nas últimas décadas.

O APP se constrói a partir de uma base territorial precisa, a costa norte do Peru, La Libertad e Lambayeque, onde substituiu, de forma progressiva, a tradicional influência que, por décadas, o Partido Aprista teve no outrora denominado “sólido norte”<sup>16</sup>. As migrações das regiões da serra contígua e o consequente crescimento de cidades como Trujillo e Chiclayo transformaram as características e as lealdades do eleitorado dessas regiões, sobretudo quando a política aprista se desprestigia ao ter afastado a direção do partido de suas bases regionais, adotando, além disso, um discurso de direita neoliberal.

Como mostra o Quadro 7, a partir de Trujillo, o APP desenvolveu uma estratégia de crescimento, primeiro consolidando uma região ou núcleo de forte influência nas regiões da costa norte do país: La Libertad e Lambayeque. Depois, entre as eleições subnacionais de 2006 e 2010, se expande para Áncash e para regiões da serra central (Junín, Pasco), assim como da selva norte-oriental, para, nas últimas eleições subnacionais de 2014, dar um salto importante ao apresentar candidaturas em quase todo o país. De fato, o Quadro 3 nos mostrou que nas eleições de 2002 o APP apresentou candidatos em 14,4% das províncias do país, em 2006 o fez em 25,1%, em 2010 saltou para 64,6%, para chegar, em 2014, em 84,1% do total de províncias. É possível, além disso, notar que o crescimento subnacional do APP é mais regular em todas as províncias (com exceção de Junín e de Tacna) e inclusive mais “ordenado” do que o do FP.

Não há dúvida de que o fato de ter cada vez maior presença nas províncias e distritos é um sinal muito positivo da construção partidária, mas o é mais ainda o êxito eleitoral de suas candidatu-

ras. Em termos de êxito eleitoral, em 2002 o APP não obteve nenhum município provincial, mas, sim, 18 municípios distritais. Em 2006 melhorou substancialmente, com oito prefeituras provinciais e 58 municípios distritais. Pouco depois, em 2010, se saiu melhor ainda, com um governo regional (Humberto Acuña, irmão de César Acuña, ganhou em Lambayeque), 14 municípios provinciais (incluindo a reeleição de César Acuña como prefeito de Trujillo) e 80 municípios distritais em 15 regiões do Peru. Finalmente, nas eleições de 2014, o APP obteve dois governos regionais (Lambayeque e La Libertad), 19 municípios provinciais e 143 municípios distritais. A tendência geral é que nas regiões onde o APP teve a presidência dos governos regionais, foi onde obteve um número significativo de municípios provinciais e distritais. Também é interessante registrar que em 18 das 19 províncias ganhas, a Universidade César Vallejo conta com uma sede.

Nas eleições presidenciais de 2016, o APP considera que o partido já está pronto para concorrer à presidência, lançando a candidatura de seu líder e fundador César Acuña. No início da campanha eleitoral, no final de 2015, as pesquisas de opinião pública (GfK, Ipsos, CPI, Datum) registram uma boa recepção à sua candidatura, ficando em terceiro lugar das preferências. Pouco depois, surge uma série de questionamentos à integridade pessoal do candidato (acusações de plágio de sua tese de doutorado) e à sua prática de dar incentivos econômicos em troca de apoio político. No dia 9 de março de 2016, o Tribunal Nacional de Eleições o excluiu da disputa por violações à Lei de Partidos Políticos.

O bom desempenho do APP, segundo Rodrigo Barrenechea (2012), deve-se à existência de uma estrutura institucional paralela e complementar ao partido, que serve de base para a expansão territorial, fonte de capital humano para o partido ou aliados, além de prover recursos administrativos e econômicos para as atividades de proselitismo. A estrutura institucional é formada pela Universidade César Vallejo, que conta com 11 sedes em seis regiões do país e 46 mil alunos, segundo dados de 2010 (Censo Universitário), pela Universidad Señor de Sipán, em Lambayeque, e pela Universidad Autónoma del Perú. Também um canal de televisão regional (UCV via satélite); um clube de

16 César Acuña foi eleito prefeito provincial de Trujillo em 2007, reeleito para o mesmo cargo em 2010 e eleito governador de La Libertad em 2014. Em 2016, apresenta sua candidatura à presidência da República, mas em 9 de março o Tribunal Nacional de Eleições o excluiu da disputa por violações à Lei dos Partidos Políticos.

**QUADRO 7**

**Porcentagem de participação do APP em províncias, segundo a região**

<b>Região</b>	<b>Porcentagens de participação provincial 2002</b>	<b>Porcentagens de participação provincial 2006</b>	<b>Porcentagens de participação provincial 2010</b>	<b>Porcentagens de participação provincial 2014</b>
Amazonas	0%	14,29%	71,43%	85,71%
Áncash	5%	20%	90%	95%
Apurímac	42,86%	14,29%	85,71%	85,71%
Arequipa	0%	12,50%	50%	100%
Ayacucho	0%	9,09%	100%	90,91%
Cajamarca	0%	53,85%	92,31%	92,31%
Callao	0%	0%	100%	100%
Cuzco	0%	7,69%	15,38%	76,92%
Huancavelica	0%	0%	14,29%	42,86%
Huánuco	0%	9,09%	45,45%	45,45%
Ica	0%	0%	60%	100%
Junín	55,56%	55,56%	77,78%	66,67%
La Libertad	83,33%	100%	100%	100%
Lambayeque	100%	100%	100%	100%
Lima	0%	10%	60%	100%
Loreto	0%	42,86%	42,86%	85,71%
Madre de Dios	0%	0%	0%	66,67%
Moquegua	0%	0%	0%	100%
Pasco	33,33%	33,33%	0%	100%
Piura	62,50%	37,50%	75%	87,50%
Puno	0%	23,08%	46,15%	92,31%
San Martín	0%	10%	100%	80%
Tacna	0%	0%	50%	75%
Tumbes	0%	0%	100%	100%
Ucayali	0%	0%	0%	25%
<b>Total</b>	<b>14,43%</b>	<b>25,13%</b>	<b>64,62%</b>	<b>84,10%</b>

Fonte: Onpe e Infogob-JNE. Elaboração própria

futebol de primeira divisão profissional, chamado César Vallejo, e forte influência na Associação de Municipalidades do Peru (Ampe), da qual César Acuña foi presidente entre 2006 e 2015.

Barrenechea (2012) explicita que de todas essas instituições a mais importante é a universidade, que se vincula com o partido através de uma série de serviços como apoio logístico para a campanha (propaganda eleitoral midiática e de base, mobilização de bases locais, cartazes de campanha); postos de trabalho para candidatos, bolsas para candidatos e para a população eleitoral; e serviços de saúde e educação básica nos bairros pobres. Os serviços sociais são utilizados para cultivar vínculos de identificação e relações de clientela com os beneficiários, ao mesmo tempo em que garantem a presença permanente do partido nas localidades.

Do mesmo modo, esse autor também chama a atenção para a existência de uma burocracia partidária permanente, encarregada de servir de apoio logístico aos candidatos e administrar os programas de assistência social do partido. A Fundação Clementina Peralta de Acuña (nome da mãe de César Acuña), que implementa, com fundos próprios, programas de ajuda a escolas para crianças pobres, de assistência à saúde através de postos médicos, caminhões-pipa que distribuem água potável gratuita e restaurantes populares. Esses programas e os recursos do partido são bons instrumentos para atrair aliados políticos locais e provinciais.

O partido, além disso, conta com a inscrição legal no registro eleitoral nacional, requisito indispensável para participar de todos os níveis da disputa eleitoral (nacional, regional, provincial e distrital). Isso lhe permite utilizar essa condição como franquia política para atrair grupos locais que desejam participar das eleições com o nome do APP. A estrutura institucional de apoio lhe permite, além disso, ofertar assessores municipais, captação para funcionários e apoio de meios de comunicação. Daí que a expansão eleitoral do partido ocorra, sobretudo, no nível dos municípios distritais e provinciais, onde as necessidades de apoio à gestão são maiores.

Mas o APP não só depende dos recursos privados que obtém de sua rede institucional, como também dos recursos públicos que obteve depois de ganhar em instâncias subnacionais. Uma investigação jornalística descobriu, por outro lado, o uso

indevido de fundos públicos da Municipalidade Provincial de Trujillo, destinados a subvencionar programas de assistência à saúde e à educação em benefício de militantes e afiliados ao partido, dirigentes sociais e de bairro, com os quais procura desenvolver laços de colaboração, e possíveis votantes (*Revista Poder*, 2012, pp. 30-9). A *Revista Poder* denominou essa prática como o Modelo Acuña de Gestão Municipal.

Portanto, vemos, por um lado, o forte caráter familiar (assim como o Fujimorismo) na dinâmica interna do partido (o irmão como candidato e governador regional de Lambayeque, o uso do nome da mãe em programas de ajuda social) e, por outro lado, o uso de dois tipos de recursos para a construção partidária: recursos privados provenientes da rede institucional (Universidade César Vallejo, em especial) e recursos públicos derivados das prefeituras que conseguiu ganhar. É muito provável que, enquanto os recursos públicos sirvam mais para manter o *stronghold* inicial do APP (pois é onde, em geral, manteve altos níveis de êxito eleitoral), os recursos privados sirvam para expandir candidaturas ao longo do país em nível subnacional.

Por outro lado, vimos como o APP conseguiu aumentar seus níveis de participação subnacional a partir de seu núcleo duro inicial (onde mantém altos índices de êxito eleitoral), para depois ir colocando candidaturas em quase todas as províncias do país. O uso de recursos privados e também, pelo visto, de recursos públicos, possibilitou que o APP conseguisse atrair políticos para suas fileiras. Embora haja um padrão claro de crescimento partidário em nível subnacional, falta conhecer como o APP se comporta quando tenta ascender em nível nacional. Para isso, a análise de seus candidatos ao Congresso resulta crucial.

Com relação à informação do que os currículos dos candidatos do APP para o Congresso nas eleições de 2016 contêm, estes revelam aspectos da estratégia de crescimento partidário para além da rede institucional própria de apoio. De fato, segundo o Quadro 5, 47,14% dos candidatos ao Congresso que o APP apresentou têm experiência política prévia em outros partidos ou organizações, seguidos de 29,29% de candidatos com vínculo com o partido. Isto é, há uma clara preferência do APP por atrair candidatos de outras legendas. A informação disponível também

indica que a maior parte provém de movimentos regionais e, em número menor, de partidos aliados legalmente ao APP, como o Somos Peru e o Restauração Nacional. Meléndez e Pachón (2006) registram que aqui não haveria coalizões nem pactos, e sim estratégias de integração vertical respeitando a liderança familiar em troca de recursos para a mobilização política. No entanto, também o APP fez um esforço para atrair como candidatos ao Congresso políticos conhecidos em regiões ou em setores específicos da população, como Marisol Espinoza, ex-vice-presidente do governo de Ollanta Humala, e César Villanueva, ex-presidente regional de San Martín. Ambos ingressaram no novo parlamento representando as regiões de Piura e San Martín. A estratégia de recrutar candidatos com experiência política prévia oferecendo uma estrutura institucional de apoio tem a vantagem de cobrir regiões e províncias onde o partido ainda é fraco. Não obstante, também se corre o risco de que, uma vez eleitos, se mostrem menos disciplinados em se manter dentro da estrutura vertical do partido.

A lista dos 140 candidatos do APP ao Congresso por ocupação (Quadro 6) mostra que estes provêm, majoritariamente, do setor educacional (23,57% – professores, autoridades), do Estado (22,14% – funcionários públicos) e do setor privado (21,43%). Esse perfil difere da lista do FP, nosso outro caso de estudo, em que predominam aqueles que vêm do setor privado e do poder político.

Em suma, o FP e o APP são partidos nacionais de formação relativamente recente que, nos últimos anos, vieram desenvolvendo uma crescente presença nos espaços subnacionais (regiões e províncias) para escalar a arena nacional. Ambos mostram *strongholds* de onde expandem seus esforços de organização e representação eleitoral para outras regiões do país. Diferentemente do APP, o FP não conta com uma estrutura institucional de apoio ao partido e sim com uma forte identidade e um legado político familiar claramente identificados. Legado que, inclusive, atrai aportes econômicos de grupos de poder regional e nacional. Este é seu principal ativo, mas também seu potencial problema. Nesses momentos parece muito difícil pensar em alguma outra liderança partidária que não tenha o sobrenome Fujimori (Alberto, Keiko, Kenji).

No entanto, Keiko deixou para trás a prática do Fujimorismo dos anos de seu pai, Alberto Fujimori, quando não se construía organização política permanente e, sim, criavam-se agremiações eleitorais com nomes para a ocasião e com um candidato inapelável (Cambio 90, Vamos Vezinho, Nova Maioria). Keiko viajou por todo o país procurando institucionalizar e revitalizar suas bases partidárias e, ao mesmo tempo, identificar pessoas prestigiosas, mas sem experiência partidária, para integrá-las à organização. Dessa maneira, o FP se caracteriza por, de um lado, apresentar candidatos estreitamente vinculados ao partido e, de outro, personalidades sem experiência política prévia, mas prestigiosas em nível local ou regional, em sua maioria provenientes do setor privado.

O APP, por sua vez, manteve níveis de participação e êxito distrital e provincial sustentado em duas regiões onde ganhou as presidências ou governos regionais nas últimas eleições (Lambayeque e La Libertad), dando a impressão de que esse partido consegue, sim, articular verticalmente os diferentes níveis subnacionais nas duas regiões onde obteve vitórias. Para isso conta com uma rede institucional de apoio onde se combinam instituições e recursos de propriedade da família Acuña com o uso de recursos de governos regionais e de municípios. O APP, além disso, atrai dirigentes de movimentos regionais e partidos nacionais de pouco êxito para integrá-los à sua fileira de candidatos. Em compensação, para o Fujimorismo, dado que seus níveis de êxito provincial não são tão altos como os distritais, custa muito mais articular verticalmente não só aquelas regiões onde teve presença histórica (como Lima, Ica, Junín e Cajamarca), como também naquelas nas quais ganhou a presidência regional (San Martín e Pasco).

Finalmente, ambos os partidos (APP e FP), diferentemente das coalizões de independentes, têm um caráter de partido familiar que os une, com recursos e incentivos materiais (APP) ou apelações ideológicas (Fujimorismo) que lhes permitem se manter na disputa eleitoral e ser um projeto político de longo prazo. Portanto, é altamente provável que ambos continuem tendo um papel de protagonistas nos processos eleitorais seguintes e sejam fatores que diminuam a fragmentação do sistema político.

## COMENTÁRIOS FINAIS

Este documento parte da premissa de que na última década e meia a fragmentação do sistema político peruano se acentuou, especialmente, pela desarticulação entre os atores, a dinâmica política e os resultados eleitorais que são produzidos em escala nacional (presidencial e parlamentar) com os que são produzidos em escala regional, provincial e distrital. Cada vez há uma menor participação e êxito dos partidos nacionais nos processos eleitorais subnacionais, e maior predomínio dos movimentos regionais. Mas a fragmentação não só é vertical como também horizontal, isto é, inúmeros movimentos regionais e locais disputam entre si os cargos de representação política.

No entanto, pudemos comprovar que, apesar da fragmentação descrita, existem dois partidos, o FP e o APP, que vieram desenvolvendo diferentes estratégias para se expandir e vincular a dinâmica eleitoral nacional com a subnacional. Nas recentes eleições presidenciais e parlamentares de 2016, são estes partidos os que obtiveram bons resultados, especialmente o FP. Em que consistem essas estratégias de construção partidária e como elas respondem à fragmentação do sistema político?

Segundo Batlle (2012), existem duas perspectivas para se analisar a disputa em sistemas políticos com diferentes níveis de concorrência (“sistemas de partido multinível”): a perspectiva horizontal e a vertical. Em relação à perspectiva horizontal, “[...] explora-se o modo como são distribuídos, no território, os apoios que os partidos recebem, relacionando-o com o conceito de nacionalização do sistema de partidos [...] segundo o qual, quanto mais próximo se encontrar o voto subnacional (de cada província, estado ou departamento) da votação que se registra na nação em sua totalidade, mais nacionalizado se encontrará o sistema de partidos [...]” (Batlle, 2012, p. 30). Por outro lado, da perspectiva vertical “explora-se o formato da disputa do sistema de partidos, mas já não mais de um só nível e sim tomando o sistema de partidos como um espaço constituído por diferentes níveis [...] observa-se então que à medida que o formato da disputa em um nível coincide ou não com o que ocorre em outro nível” (Batlle, 2012, p. 32).

Levando em conta essa perspectiva, podemos ensaiar uma possível explicação com relação à diferença nas estratégias do FP e do APP. Consideramos que o FP integra horizontalmente o sistema político peruano, concentrando-se em escala nacional (presidência e parlamento), onde obteve bons rendimentos: primeira votação presidencial e parlamentares em todas as regiões. Por outro lado, em nível subnacional, embora o FP tenha expandido suas candidaturas, não consegue ter êxito eleitoral de maneira “congruente”; isto é, naquelas regiões onde triunfou em 2014 (San Martín, Ica e Pasco), não conseguiu ganhar um número significativo de municípios provinciais. Apesar disso, nas recentes eleições presidenciais de 2016, o FP aumentou sua votação em quase todas as regiões e províncias. Para conseguir esse resultado, o FP recrutou como candidatos ao Congresso personalidades com expressão local e regional.

Outra perspectiva que ajuda a entender as diferenças de estratégia de construção partidária é prestar atenção às campanhas eleitorais do FP e do APP. A esse respeito, Taylor Boas (2016) mostra que as campanhas eleitorais na América Latina tenderam a gerar modelos nacionais próprios, em contraposição às teorias que afirmam que as campanhas tendem a convergir transnacionalmente. Boas constrói uma teoria alternativa, que denomina “êxito por contágio” (“*success contagion*”), na qual uma exitosa campanha eleitoral, somada a um posterior governo com amplo respaldo popular, é imitada por outros partidos ou candidatos. Esse seria o caso do Brasil e do Chile.

No Peru, o autor afirma que o “êxito por contágio” não acontece devido ao fato de que os governos precedentes terminaram seus períodos deslegitimados pela opinião pública e com baixos índices de aprovação cidadã. Por isso, os políticos evitam utilizar as estratégias de campanhas seguidas pelos presidentes previamente eleitos. Boas assegura que as campanhas no Peru se baseiam no que ele denomina “reações orientadas para dentro” (“*inward oriented reactions*”). Isto é, o candidato ou partido em disputa avalia os erros cometidos em campanhas anteriores a partir dos quais realiza mudanças graduais ou totais. Nós acreditamos, além disso, que as campanhas eleitorais estão ligadas a processos de construção

partidária, motivo pelo qual ajudam a entender por que o FP e o APP optaram pelas estratégias descritas nas seções anteriores.

No caso do FP, a partir da consolidação de Keiko Fujimori como líder, ocorreram duas mudanças em suas campanhas eleitorais, produto de aprendizagem com erros anteriores. Em primeiro lugar, Keiko não seguiu completamente a estratégia de campanha de seu pai, na qual, para cada eleição, fosse geral ou subnacional, criava um novo veículo político pessoal com diferentes nomes e pessoas. Essa falta de partido, num contexto de crise de legitimidade política, no final de 2000, facilitou a derrubada do governo de Alberto Fujimori. Aprendendo com esses erros, Keiko, desde 2010, desenvolve esforços sustentados para construir uma organização político-partidária de alcance nacional. É assim que, de 2010 até hoje, o “novo” Fujimorismo decide postular com um mesmo nome nos comícios de nível subnacional consolidando organização, militância e independentes com o objetivo de tentar ganhar as eleições presidenciais.

Em segundo lugar, depois de sua derrota em 2011, Keiko conclui que deveria “renovar” o Fujimorismo, pois foi duramente criticada por estar muito próxima de personagens históricos fujimoristas que estiveram com Alberto nos anos 90. Diante disso, decide tirar da palestra pública tais históricos “albertistas”, colocando em seu lugar políticos locais e independentes alheios ao partido. Por isso, não é de surpreender que, de sua lista parlamentar, 33,57% sejam novos em política e 25% tenham experiência política em organizações não fujimoristas. A isso é preciso acrescentar que, de sua bancada parlamentar atual de 73 congressistas, 37 (50,68%) não tiveram vínculos anteriores com o Fujimorismo (20 sem experiência política e 17 com experiência em outras organizações políticas).

Por outro lado, no caso do APP, é a partir dos resultados das eleições gerais de 2006 que se percebe uma mudança substancial na estratégia de construção partidária. Embora o APP tenha lançado candidatos nas eleições subnacionais de 2002 em algumas províncias e distritos da costa norte (e em muito menor medida em outras regiões do país), seu líder, César Acuña, decide se candidatar, sem sucesso, como congressista e vice-presidente nas eleições gerais de 2006. É a partir desse “erro” de se candidatar em tais eleições gerais que Acuña decide mudar de estratégia e priorizar a participação nas eleições subnacionais. Por isso, como demonstramos anteriormente, é a partir de 2006 que a expansão de candidaturas do APP pelas diferentes regiões do país começa a ganhar força. Devido ao êxito eleitoral que o APP teve em 2006 na costa norte e, sobretudo, Acuña, ao ser eleito e reeleito como prefeito provincial de Trujillo e como governador regional de La Libertad, tal estratégia se mantém e se consolida em 2010 e 2014 com resultados cada vez melhores, tal qual vimos. É somente em 2016 que César Acuña se sente pronto para tentar concorrer novamente às eleições presidenciais.

Finalmente, ainda está por se ver se esses esforços de construção partidária significam uma melhora da democracia peruana. Esse é um processo em curso e precisa de tempo para amadurecer e se desenvolver. No entanto, surgem dúvidas quando observamos a estrutura de poder dessas organizações, onde se tem uma alta dependência do partido de decisões de líderes personalistas, rodeados de pequenos grupos de parentes e incondicionais, assim como no que se refere às práticas de clientelismo, e indícios de possíveis infiltrações de recursos “ilegais” nessas organizações.

## BIBLIOGRAFIA

- BARRENECHEA, Rodrigo. *Becas, Bases y Votos. Alianza para el Progreso y la Política Subnacional en el Perú*. Lima, IEP, 2014.
- BATLLE, Margarita. *Sistemas de Partidos Multinivel en Contextos Unitarios en América Latina: Los Casos de Ecuador, Perú, Bolivia y Colombia (1978-2011)*. Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca, 2012.
- BOAS, Taylor. *Presidential Campaigns in Latin America Electoral Strategies and Success Contagion*. New York, Cambridge University Press, 2016.
- DOSĚK, Tomás; FREIDENBERG, Flavia. "La Congruencia de los Partidos y los Sistemas de Partidos Multinivel en América Latina: Conceptualización y Evaluación de Algunas Herramientas de Medición", in *Politai. Revista de Ciencia Política*, año 4, n. 7, 2013, pp. 161-78.
- JURADO NACIONAL DE ELECCIONES Infogob. Observatorio para la Gobernabilidad, 2015. Disponible em: <http://www.infogob.com.pe/Default.aspx>.
- MELÉNDEZ, Carlos; PACHÓN, Cristina "Mi Primer Millón. César Acuña, el Nuevo Rico de la Política Peruana", in Carlos Meléndez (ed.). *Anti-Candidatos. El Thriller Político de las Elecciones 2016*. Lima, Planeta, 2016, pp. 43-60.
- MURAKAMI, Yusuke; BARRENECHEA, Rodrigo. "Fuerzas y Límites del 'Fujimorismo Sin (Alberto) Fujimori'", in Carlos Meléndez. *Anti-Candidatos: Guía Analítica para Unas Elecciones Sin Partidos*. Lima, Mitin y 50+1, 2011, pp. 71-84.
- NAVARRO, Melissa. *La Organización Partidaria Fujimorista a 20 Años de Su Origen*. Tese de Licenciatura. PUCP, 2011.
- REVISTA PODER. "Acuña Mete la Uña. El Alcalde de Trujillo Consolida un Modelo de Corrupción Municipal", in *Revista Poder*, 2012, pp. 30-9.
- SOSA, Paolo. "¿El Despertar de la Fuerza Popular? Keiko Fujimori y el Partido de las Paradojas", in Carlos Meléndez (ed.). *Anti-Candidatos. El Thriller Político de las Elecciones 2016*. Lima, Planeta, 2016, pp. 15-42.
- SUÁREZ-CAO, Julieta; FREIDENBERG, Flavia. "Sistemas de Partidos Multinivel y Calidad de Democracia: Una Tipología de Sistemas de Partidos", in *V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*. Buenos Aires, Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2010.
- TANAKA, Martín; GUIBERT, Yamilé. "Entre la Evaporación de los Partidos y la Debilidad de los Movimientos Regionales. Una Mirada a las Elecciones Regionales y Municipales Desde las Provincias, 2002-2006-2010", in Omar Coronel; Ana María Rodríguez (eds.). *El Nuevo Poder en las Regiones: Análisis de las Elecciones Regionales y Provinciales 2010*. Lima, Perú Debate, 2011.
- URRUTIA, Andrea. "Que la Fuerza (2011) Esté con Keiko: El Nuevo Baile del Fujimorismo. El Fujimorismo, Su Organización y Sus Estrategias de Campaña", in Carlos Meléndez. *Post-Candidatos: Guía de Supervivencia Hasta las Próximas Elecciones*. Lima, Mitin y 50+1, 2011, pp. 91-120.